

Os (carto)grafismos de um manuscrito setecentista de memórias: notícias íntimas do *teatro da guerra*¹

MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA *

ANA MARIA MACEDO **

MÁRIO GONÇALVES FERNANDES ***

1. ENQUADRAMENTO

A motivação do presente texto decorre da reflexão ensaiada a partir da sugestão de um manuscrito memorial da segunda metade do século XVIII que dá pelo nome de *Livro Curioso*, e que se encontra no Arquivo Distrital de Braga (Portugal). Documento original pelo tempo e o modo em que foi escrito. Pode-se dizer que o seu conteúdo amplia de interesse e de alcance, muito em particular, pela perseverança sistémica dos registos, e pela espontaneidade decorrente do anonimato que o autor, um bracarense, entendeu dar à obra. O espaço de reflexão que aqui se apresenta reporta-se à expressão peculiar de uma mundivisão alargada, cujo espetro de representação vai do local ao global. A partir do registo da cidade de Braga (Portugal) setecentista,

* Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Instituto de Educação. bandeira@ie.uminho.pt

** Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Estudos Culturais. maceana@gmail.com

*** Universidade do Porto, Departamento de Geografia. Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território. mgfernand@letras.up.pt

¹ Texto integral que originou o pequeno resumo apresentado ao IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (S. Paulo) – Bandeira, M., Macedo, A. & Fernandes, M. G. (2022), “Expressões (carto)gráficas setecentistas do teatro da guerra a partir do ‘Livro Curioso’”, Anais do: caderno de resumos/ coordenadores Antônio Gilberto Costa, Jorge Pimentel Cintra. Belo Horizonte: UFMG/IGC, pp. 293-299, ISBN: 978-65-89335-04-7.

sobretudo, respeitando ao seu quotidiano, deparamo-nos com um testemunho coevo das articulações de escala entre os diferentes eventos, desde as informações que o autor vai obtendo ao longo da narrativa, passando pelas deslocações que faz até às impressões que constrói a partir das suas próprias observações íntimas.

Com efeito, desde a condição restrita de uma pequena cidade do norte de Portugal, ainda que de grande importância simbólica para cristandade e para a monarquia absoluta da época, Braga continua para a ser a sede *neoplatónica* de um dos principais senhorios de *antigo regime*, a partir da qual se projeta todo um cosmopolitismo incompreensível fora deste quadro (Bandeira, M. 2000).

O século XVIII inscreveu-se na historiografia ocidental como o século das *luzes*, período sob o qual deu sequência a todo um movimento mental iniciado duzentos anos antes a partir da Europa, com impacto universal, pela afirmação de uma consciência diversificada e, simultaneamente, una, muito em particular no campo das artes, concertando os princípios da *razão* e da *paixão*. Uma centúria promotora de dicotomias no pensamento filosófico que denominamos de ilustração ou iluminismo, havendo por base do conhecimento a razão para explicar os fenómenos naturais e sociais, e a ideia diretora de permanente progresso que subjaz a todo o esforço humano. Um século onde a emergência do pensamento científico se concilia bem com a ideia de natureza e de Deus. Onde a regularidade convive bem com a irregularidade. Isto é, e ainda, a convivência pacífica entre os paradoxos do barroco com a crescente hegemonização dos métodos científicos e do descritivismo empirista. Uma época em que a retórica das imagens, a sua exaltação estética, dá lugar à quantificação e geometrização do saber, sobretudo pelas implicações na medição, localização e representação do território, consubstanciado, neste caso, no desenvolvimento surpreendente da cartografia. Uma cartografia simultaneamente útil e bela.

Será pois neste contexto de transição da segunda metade do século XVIII que iremos nos debruçar sobre o **Livro Curioso** (LC), fundamentalmente um livro de memórias privadas mas, simultaneamente, uma fonte histórica necessária ao forquilhar da sempre circunstancial “verdade histórica”.

Para lá do amplo campo de possibilidades que o seu estudo pode suscitar, iremos, sobretudo, nos reter mais em pormenor na análise das três únicas ilustrações nele insertas. Salvaguardando que, no plano estritamente científico, não se tratando propriamente de exemplos canónicos, ou mesmo pré-eruditos, não podendo ser classificados

como produtos cartográficos originais, que na realidade não o são, valerão, sobretudo, pelo testemunho que nos legam das mentalidades associadas ao uso e interpretação da ilustração gráfica, embora denominados de “mapas”. Com a particularidade, neste caso, de evidenciar a representação do território e as ações que sobre ele incidem a partir do olhar atento do senso-comum. Isto é, um pioneirismo da expressão de “opinião pública”.

Começaremos pois por apresentar o *Livro* para depois analisar as ilustrações nele patentes, o que representam e o que poderão significar. Deixaremos, por fim, uma reflexão sobre a importância da imagem ilustrada representativa do espaço territorial, como um exemplo do tempo em que o seu desfrute e acesso era muito segmentado, para não dizer alheio à maioria absoluta da população, mas que, no entanto, refletia a sua crescente difusão e literacia.

2. O LIVRO CURIOSO E AS MEMÓRIAS PRIVADAS

O LC é um manuscrito de cerca de 700 *páginas*, respeitante às memórias de um mercador bracarense de meados do século XVIII, que quis manter o anonimato², tendo sido escritas ao longo de 35 anos (1755-1790), iniciadas a partir da sua épica sobrevivência ao trágico terramoto de Lisboa.

Estes registos privados integram a mesma finalidade de um conjunto de memórias coevas locais, todavia, sem ilustrações, que denotam o ambiente cultural e intelectual existente na cidade de Braga, mormente a presença de uma nova mentalidade ilustrada veiculada pelos *letrados*, cientes da necessidade de interpretar as “notícias” e deixar as suas impressões pessoais sobre as “curiosidades” para a memória futura³. Para lá da detalhada descrição dos principais fastos

² Pelo cruzamento de informação do conteúdo do próprio texto foi possível apurar, com elevada probabilidade, ter sido seu autor Miguel Luís Araújo – 1740-1801; cf Macedo, Ana Maria (2020). Estudo Introdutório, in *Livro Curioso*, ADB/CMB, col. Estudos e Manuscritos, (transcrição, Rui Faria), Braga, pp. 11-23.

³ Cf. Macedo, Ana (2020), de que são exemplo outros memorialistas do mesmo período, que nos deixaram registos escritos pelo seu punho, como: o Padre Manuel da Silva Thadim (?-1791), procurador e advogado em Braga, autor do manuscrito *Diário Bracarense* de 1764; o desembargador Inácio José Peixoto (1732-1808), que redigiu as suas *Memórias Particulares*; ou o fidalgo João Luís Jácome (1735-1810), da família Jácome de Vasconcelos, com o seu *Diário e Livro de Razão*.

da vida quotidiana da cidade barroca, da política local, das festas, dos eventos extraordinários, registam-se igualmente os grandes acontecimentos internacionais da época, refletindo o modo como as “novas” chegavam a Braga.

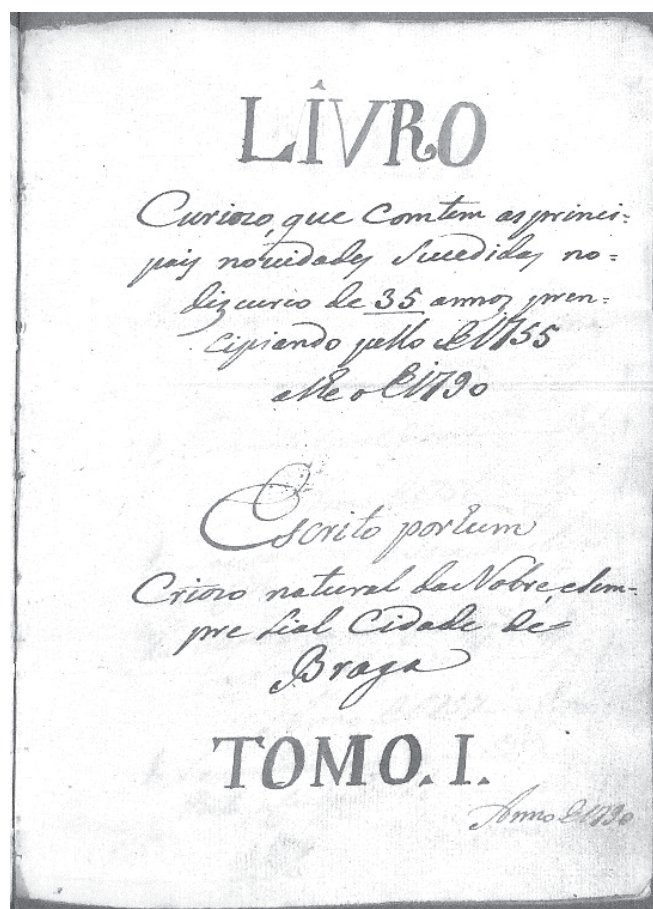


Figura 1: Folha de rosto do Livro Curioso (fac-simile)⁴ – edição CMB/ADB (2020)

O domínio das memórias privadas e os estudos das histórias de vida, mais do que uma circunstância do pós-modernismo veiculados pelos chamados *Estudos Culturais*, permitem-nos alargar o conhecimento

⁴ <https://www.macedocannata.com/pt/projects/livro-curioso/>; acedido em setembro de 2022.

e considerar uma polissemia historiográfica para lá das fontes canónicas baseadas na hegemonia dos documentos formais e na diplomática em geral. Diríamos ainda mais pertinentes para o estudo da cartografia histórica e da ilustração impressa, pela relação que estas têm com os sistemas de poder coletivo. Os escritos *da própria vida não podem ser considerad[o]s tão só como atos subjetivos, pois estes retratam experiências reais de vivências do todo social, permitindo apercebermo-nos dos mecanismos culturais e das relações de poder aí estabelecidas* (Macedo, A. 2019, p. 54), dando assim uma perspetiva necessariamente diferente das narrativas, mais sensível, esclarecendo pontos omissos, confirmando ou lançando novas questões, enfim, alargando o acervo informacional sobre os assuntos práticos da ordem do dia.

De um modo muito sintético, o LC sendo um escrito de memórias privadas não é um livro autobiográfico, com conteúdos explícitos de carácter intimista ou psicológico, ele procura antes retratar a atualidade e relevar os eventos mais notáveis na perspetiva do seu autor. Muito referenciado à circulação das informações e da leitura das *gazetas* da época – aliás, ao qual o próprio alude mais do que uma vez – e a outros veículos de informação de novidades primários, como correspondência. Dir-se-ia tratar-se de uma prática de jornalismo *avant-la-lettre*, não fosse o seu carácter discreto, intimista, para usufruto pessoal, fácil de entender numa sociedade e numa época em que a censura e a prisão de escritores eram frequentes, fazendo do texto anónimo uma prática corrente da literacia (Franzini, E. 1999).

O princípio noticioso está bem evidente no prolixo *index* de 43 páginas, muito detalhado, e no qual sobressai o conjunto de temas constantes que retêm o nosso autor. Já o dissemos, o facto de este iniciar os relatos pela observação direta do terramoto de 1755 em Lisboa, quando tinha 15 anos, mais do que a descrição de um evento simbólico e seguramente marcante como algo extraordinário, por certo exigiu a todos os sobreviventes o condicionamento existencial de um recomeço. Certamente um novo modo de olhar a vida, para o qual o LC, podemos admitir, terá feito parte de um desses compromissos de consciência. A verdade, porém, é que os seus registos memoriais irão incluir todo o género de observações. Umas mais prosaicas, mas a maioria com um espectro enciclopédico. Desde os acontecimentos naturais subsequentes, como: outros sismos; as inclemências meteorológicas, das grandes trovoadas até às calamidades; até aos acontecimentos sociais mais mundanos. O tom da descrição não é linear, porque

os escritos oscilam entre uma ótica de deslumbramento, entre a descrição do acontecimento maravilhoso, onde certamente é possível detetar sugestões da mão divina, ou sinais do *fim do mundo*; e, por outro lado, a conformação com o desconhecido, mais esperançosa na indagação, benevolente perante a convicção de poder existir uma explicação racional para o sucedido que, não sendo então conhecida, um dia pudesse vir a ser reconhecida e, naturalmente, controlada.

Apesar da maior parte da narrativa corresponder à cidade de Braga, esta também incide nos fastos do reino e, com menor frequência, dedica passagens aos grandes eventos internacionais. Curiosamente, são estes últimos os mais suscetíveis à ilustração. Não é claro, porém, que as informações exaradas, pelo menos na hipotética fase de redação mais amadurecida, sejam apenas aquelas que chegam a Braga, ou se o nosso autor, já enquanto mercador estabelecido, houvera recolhido informação das implícitas viagens que, certamente, precisou de realizar. Um princípio é certo, a crónica do quotidiano local e das principais festividades relacionadas com os acontecimentos importantes da corte real e do arcebispado irão merecer maior relevo e o lavrar detalhado de quem a eles assistiu. Ou não fosse Braga, por virtude própria, uma cidade de representações exuberantes e festas permanentes, como nos relata Inácio José Peixoto, outro cronista local da época. Veja-se o exemplo das celebrações do Jubileu do Santuário do Bom Jesus, às quais acorreram romeiros das cercanias e outras cidades próximas. Ou os grandiosos préstitos onde figuraram os arcebispos que armavam verdadeiras cortes em movimento pelo País. Excluindo o interregno da sucessão, e a parte final da prelatura de D. Frei Caetano Brandão (1790-1805), entre os anos de 1741 e 1789, os dois antístites reinantes em Braga, D. José e D. Gaspar eram, simultaneamente, filhos e irmãos de Rei. Daí toda a sucessão de festejos associados às entradas e tomadas de posse, mas também às celebrações de nascimentos, casamentos e aniversários reais; e, naturalmente, também às exéquias e à referência dos infaustos acontecimentos. Mesmo que a motivação referencial fosse religiosa, toda a festa estava associada a festejos mundanos diversos, como representações, concertos e touradas. Isto já para não falar nas celebrações públicas do calendário religioso, intensamente observadas e vividas em Braga.

Como o título bem o refere, o livro é também um repositório cronológico de curiosidades. Aí podemos encontrar os eventos mais mundanos ou particulares, desde os desacatos públicos, às obras e inaugurações; às fugas de presos, ao interesse pela vida quotidiana

dos conventos, às mudanças de mercados ou factos da vida política, como nomeações e legislação. Ou ainda, acontecimentos raros, extraordinários, como o nascimento de crianças siamesas ou manifestações de desvio dos comportamentos sociais tolerados, de que é exemplo a mulher fugitiva que andava disfarçada de homem. Mas também, os *milagres* e as sugestões da *mão divina*, no quadro da interceção providencial dos santos e outras curas inexplicáveis.

Os temas da guerra, com todas as suas implicações diretas e indiretas, merecem naturalmente destaque. Não porque os conflitos tenham passado pela cidade durante este período, mas a sua iminência, as notícias da presença de exércitos invasores no reino, os processos de recrutamento das tropas, as despesas extraordinárias com a guerra, irão ocupar, sobretudo, entre 1761 e os três anos seguintes, toda a ênfase narrativa. No último trimestre daquele ano, ainda no rescaldo dos festejos do nascimento do príncipe D. José, filho de D. Pedro, cujos padrinhos foram o rei e a rainha, chegaram as primeiras notícias da guerra com Castela, que “tudo fez parar de alegria em tristezas”⁵. Portugal participava assim do período final da *guerra dos Sete Anos* (1756-63). A partir daqui os assuntos militares e da guerra, tal como hoje, tornam-se no tema memorial recorrente. Surgem as notícias referentes à incorporação forçada dos mancebos, com todo o drama das deserções, a coação feita sobre os pais e os familiares, com chantagens, prisões, arrestos e confiscos; o relato dos impostos agravados e o efeito das despesas gerais com a guerra; dos aboletamentos de tropas na cidade e dos seus movimentos na região; mas também das primeiras notícias que chegavam da frente de combate. Finalmente, só no início de 1763, o pregão anunciaria a paz, a mando de D. Jorge Chary, um general estrangeiro que casualmente se encontrava em Braga.

A guerra é um monstro que ora se aproxima, ora se afasta, sem desaparecer definitivamente. Tanto se faz sentir pela desqualificação geral do quotidiano das pessoas, pela carestia, separação, medo; como pela iminência da sua chegada, inevitavelmente com feridos e mortos. A proximidade da guerra e a possibilidade de esta chegar à cidade, com o tipo de comunicação então existente, explicará o modo de abordagem que o memorialista partilha connosco. As poucas imagens que o autor decide inserir no texto elegem, por um lado, o contexto decisivo que levou à expulsão do invasor do território nacional e completam-se

⁵ LC p. [82](80) [original] (edição transcrita).

com o prolongamento dos seus efeitos, já não envolvendo diretamente os portugueses, mas tendo presente a prossecução da beligerância entre as mesmas potências noutras paragens peninsulares.

3. A PERCEÇÃO DA ILUSTRAÇÃO DE GUERRA: UM EXEMPLO (CARTO)GRÁFICO, DA PROXIMIDADE AO FANTÁSTICO

As três únicas imagens que acompanham este longo manuscrito, desde logo pela sua exclusividade, são por si só um testemunho coevo genuíno do enquadramento da ilustração num texto, do condicionamento da guerra na vida quotidiana e, naturalmente, da percepção e representação dos teatros de operações na aceção do senso-comum. De salientar também a pertinência que podem ter para a compreensão da atualidade, relevando a validade das posições militares defensivas que, então, tal como hoje, pareciam levar a preferência sobre as ofensivas.

3.1 O “Mapa” do dispositivo defensivo da “Guerra Fantástica” no vale do Tejo (1762)

O primeiro exemplo reporta-se à denominada “Guerra Fantástica”, como acima referimos, uma decorrência do envolvimento do reino de Portugal no conflito europeu da *Guerra dos Sete Anos* (1756-63), quando o território nacional foi invadido por um exército da aliança franco-espanhola. As novas que antecedem as ilustrações começam por dar nota dos brutais arregimentamentos, na véspera de Natal, de moços para a guerra. Detalhando, “vinham dois homens de cada rua dizer quantos moços havia nela capazes”⁶, que não poupavam a prisão dos pais e irmãos, quando estes conseguiam fugir, “algumas casas ficaram despovoadas e os montes cheios de gente escondida padecendo fomes e frios (...) isto foi geral por toda parte, com ordens apertadíssimas...”⁷.

As tropas invasoras que entraram por Trás-os-Montes, sem que as praças-forte oferecessem oposição, deparam-se, porém, com a resistência popular dos paisanos, frequentemente organizados em *ordenanças*, que foram desgastando e esmorecendo o ímpeto da penetração, conseguindo pela guerrilha dissuadir os invasores de se dirigirem ao Porto. O LC dá então nota dos editais do Marquês de

⁶ LC p. [83](80).

⁷ LC p. [84](81).

Sarria, comandante das tropas espanholas, ao transcrever o empenho do invasor em persuadir as vítimas das suas intenções pacíficas e do respeito pelos bens dos invadidos, quando na realidade do terreno as suas tropas saqueavam e exerciam as mais funestas arbitrariedades, tão recorrentemente comuns à brutalidade da guerra. Nesta passagem, cujo autor assume fazer a “relação de notícias, para que se veja o abalo que causou a todo o reino...”⁸, o LC vai transcrevendo sucessivas *cartas*⁹ supostamente expedidas dos mais diversos pontos do País (Lisboa, Coimbra, Lamego, Abrantes e Penamacor), todavia, não esclarecendo se estas são emitidas por correspondente(s), ou se provêm mesmo do próprio autor, na possibilidade de terem sido ulteriormente copiadas. Afirma, “todas juntas aqui descrevo sem seguir a ordem dos meses como devo até agora, para ao depois levar a minha história mais direita sem interromper com estas notícias, e daqui se podem acomodar para a p[ar]te a que tocarem, etc.”¹⁰. Ora é precisamente junto à carta *expedida* de Abrantes, de 10 de outubro de 1762, inserta entre as páginas [108](93) e [109](98), que o autor decide incluir, como primeira imagem do livro, o levantamento do dispositivo militar concebido pelo “príncipe de Lalipe” [Wilhelm zu Schaumburg-Lippe, mais conhecido por Conde de Lippe, (1724-1777)¹¹], que veio a revelar-se crucial na defesa do País, face à expectante invasão pelo vale do Tejo até Lisboa. Uma opção *editorial* que se justifica, do nosso ponto de vista, por se tratar do momento crucial da campanha da “Guerra Fantástica” que determinou a inversão dos acontecimentos a favor dos invadidos. O Conde de Lippe é hoje consensualmente reconhecido como o principal mentor e estratégia desse período militar da nossa História, exercendo o posto de *Marechal-General* do exército luso-britânico. Competência que lhe foi outorgada pelo Rei D. José I, tendo-lhe até concedido o atributo de *Alteza*.

⁸ LC p. [88](83).

⁹ LC pp. [89](83) a [124](106).

¹⁰ LC p. [88](83).

¹¹ Célebre príncipe governante do pequeno estado de Schaumburg-Lippe, na baixa Saxónia. Um protagonista do *iluminismo* alemão chegado a Portugal em 3 de julho de 1762 no âmbito da aliança luso-britânica, para comandar e, sobretudo, reorganizar o exército português, de modo tão estruturante que ainda hoje subsistem princípios na organização militar portuguesa. Reconhecido pensador e didata militar responsável por algumas das doutrinas matriciais que inspiraram os reformadores do exército prussiano e, por consequência, modelaram a grande tradição militar alemã. Como teórico da ciência militar foi mestre dos famosos doutrinadores: Scharnhorst; Gneisenau; e, Clausewitz (Brito; António P. C. Mesquita (2011). *Publicações Alemãs Sobre o Conde de Lippe – Uma Orientação Bibliográfica*. Revista Militar N.º 2508; pp 83-150.

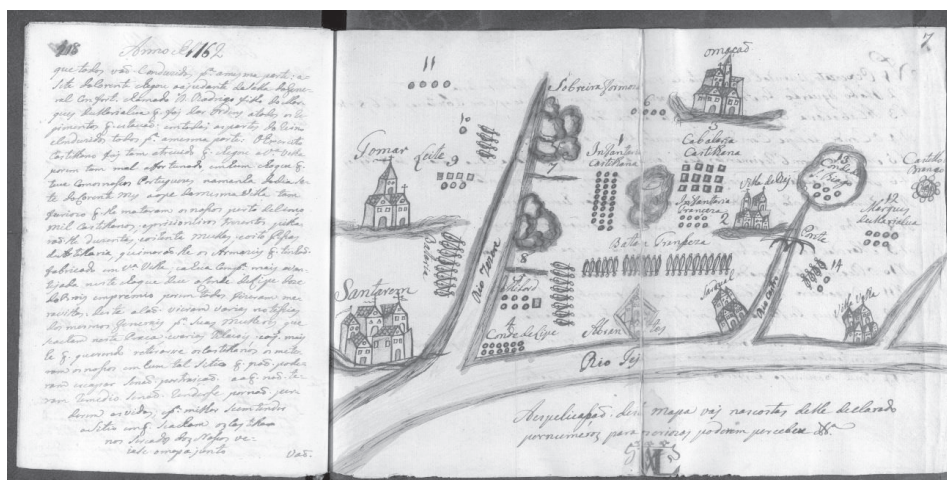


Figura 2: “mapa” (MLA); Livro Curioso, ms. ADB, insert. pp.108-108

O desenho, chamado de “Mapa”, seguramente reproduzido a partir de um esboço de campanha, quiçá publicado e depois copiado da imprensa¹², ilustra-nos a disposição das forças conflituantes – luso-britânicas vs franco-espanholas – instaladas na margem norte do rio Tejo, entre Santarém e Castelo Branco, aquando da incursão franco-espanhola (1762). De acordo com o LC, só da parte portuguesa, “de Santarém para diante”, estamos perante a presença de um exército com mais de “quarenta mil homens”, que as cartas vão dando nota da evolução e dos movimentos à medida que as notícias vão chegando. Ainda assim, só pela leitura da imagem, através da sua simbologia gráfica, é possível reunir um total de 47 regimentos de infantaria e cavalaria do lado luso-britânico, face a 40 franco-espanhóis¹³; e 5 baterias de artilharia¹⁴. Embora o autor o refira como “Mapa”, sendo portador até de uma “explicação” que “vai nas costas delle declarado legendada por numeros para os curiosos poderem perceber”, trata-se de uma

¹² O desenho exhibe um monograma com entrelaçamento das siglas – MLA – muito provavelmente (Miguel Luís de Araújo), o autor suposto das memórias e, neste caso, também da reprodução em causa.

¹³ Com superioridade na infantaria para os portugueses e na cavalaria para os espanhóis.

¹⁴ Sendo a do lado oposto exclusivamente francesa, com “3 baterias de 6, 8 e 10” e a do lado luso-britânico de 2 baterias com 12 peças, uma das quais da Armada.

expressão, diríamos, proto cartográfica da situação militar, como então era já comum executar no meio castrense. Apesar dos seus contornos gráficos rudes, com aguarelado impressionante sobre os riscos, próprios de uma finalidade expedita, também fica demonstrado o inequívoco valor da divulgação do *teatro* dos acontecimentos, a função instrumental, mais própria da representação topográfica operacional. Muito concretamente, o enquadramento define ortogonalmente o território entre as cidades acima referidas, tendo por primeiro plano o rio Tejo, com indicação de três afluentes, naturalmente, com relevo para o local “onde entram os dois rios Zêzere e Tejo” em que “se manda[ou] fazer um forte no sítio”¹⁵ (Constância), para instalar o estado maior do Conde de Lippe. Os outros dois afluentes, merecedores de destaque, referem-se ao denominado *rio Castro*, mais difícil de detetar por estar associado às povoações do Sardoal e Villa de Rey. Povoação esta, diga-se, aqui relevada por via da importância tática, ao ser identificada pela destruição de uma ponte que dava servidão ao setor.

Para lá do carácter fundamentalmente simbólico da imagem, os erros posicionais são grosseiros, e aumentam, como é natural, em função da opção partidária do narrador. Isto é, de oeste para leste, das posições defensivas dos invadidos para as dos assediados franco-espanhóis. Na realidade, a povoação do Sardoal não se situa à margem do Tejo, tal e qual aparece exarada, como também não existe nenhum curso de água relevante que a liga a Villa de Rey. Ambas estas povoações se dispõem meridianamente a norte de Abrantes, justificavelmente alinháveis numa perspetiva bélica de frente de contacto. Porém, ao contrário do que se pode observar na imagem, estas situam-se a poente do alinhamento de Mação (e de facto Mação localiza-se c. de 14km's em linha reta, a poente do Sardoal). Daí que o denominado *rio Castro*, que, todavia, não conseguimos detetar, por ter de se constituir como um obstáculo natural à eventual progressão de tropas, não possa, de todo, ser a *ribeira das olarias*. Esta efetivamente serve o Sardoal, mas tão assim, por razões de adversidade topográfica – considerada a proporção da representação entre Santarém e Vila Velha de Rodão – tão somente conjecturável apenas a duas hipóteses:

- 1 – a ribeira de Eiras, afluente do Tejo junto à atual barragem de Belver (freguesia de Ortiga, no extremo sul do município de Mação, no limite Santarém/Portalegre); ou, então, em alternativa,

¹⁵ LC p. [88]83.

2 – o rio Ocreza, pouco mais de 2 Kms a jusante do que hoje é a barragem do Fratel, separando os distritos de Santarém e Castelo Branco.

Pelas mesmas razões de hostilidade topográfica, igualmente capaz de constituir obstáculo ao atravessamento a vau dos exércitos em confronto, do mesmo modo corretivo, propomos a consideração do rio Ponsul, que separa os concelhos de Castelo Branco de Idanha a Nova, como sendo o afluente representado na figura, da margem direita do Tejo a montante de Vila Velha de Rodão. Isto apesar da contiguidade gráfica do desenho induzir em erro, e da sua desembocadura na realidade se encontrar a c. 17,5 Kms a montante daquela Vila¹⁶.

É verdade também que os restantes elementos visuais representados não são mais esclarecedores quanto à realidade dos factos. Veja-se a figuração icónica dos aglomerados populacionais, praticamente uniforme, somente interrompida pela grandeza relativa de Santarém e pela representação de muralhas nesta cidade, bem como, também, em Abrantes e Castelo Branco. Na verdade, o que releva de mais interessante no “mapa”, será a representação das tropas no território. Apesar da natureza militar ser a finalidade dominante, o posicionamento das unidades não tem rigor, senão e apenas pelo número de efetivos, respetiva arma e a identificação do comando a quem está atribuído. Note-se o emprego da sinalética militar das unidades, que não sendo ainda aquela que mais tarde veio a se convencionar, mostra bem essa expressão de sistematização das artes da guerra. Cada corpo é representado por um símbolo geométrico (círculo=infantaria e quadrado=cavalaria). A artilharia surge representada por um pictograma de canhão estilizado, individualizando cada peça. Finalmente, a ideia global que se pretende transmitir é a de que existe um cerco tático sobre as poderosas posições franco-espanholas, tendo por principal objetivo, por um lado, travar a transposição do rio Zêzere – veja-se os acidentes orográficos particulares que nos elucidam a importância tática de dois locais de emboscada, por estes apenas deixarem passar, no máximo, dois soldados – e, simultaneamente, impedir a travessia para a margem do sul do Tejo. Por outro lado, pretende-se claramente fechar o (re)abastecimento, cortando as ligações do inimigo à retaguarda. Enfim, um dispositivo tático defensivo que procurava evitar o confronto aberto direto, destinado a proteger a todo custo Lisboa de uma invasão.

¹⁶ Admitimos que o cruzamento de dados e a progressão das investigações relativas à “guerra fantástica” possam trazer esclarecimentos precisos sobre as hipóteses que aqui colocamos.

conquista de Havana (Cuba)¹⁷ pelos ingleses. Facto que terá contribuído ainda mais no terreno ibérico para a desmoralização das tropas espanholas.

Sem surpresa, o próprio desenrolar do texto é revelador do posicionamento inequívoco do autor a favor das posições portuguesas, oscilando entre o tom de esperança e o otimismo perante o desenrolar das operações, convicto que as notícias dos sucessos e dos reforços de homens e meios não eram meros boatos, e de que as histórias trágicas são próprias da guerra. O cronista reconhece gratamente o apoio britânico, mas sempre vai dando nota das arbitrariedades que este perpetra no terreno, das rivalidades de comando, designadamente do comportamento indiferenciado de uma unidade mercenária suíça que então operava do lado português. Como sempre não existem tropas libertadoras isentas de provocar dano e sofrimento.

Ainda assim, sem uma afetação emocional expressa no relato, o autor recorre a fontes variadas e dispersas, discorrendo pela leitura da “gazeta”, às informações avulsas, ao teor de editais, ao rol descritivo das pilhagens, dos sucessos, da ação de terra queimada, dos prisioneiros e das baixas, embora sempre indiretas, por se encontrar ausente da presença no terreno. Pelo LC ficamos a saber que se alternam, um pouco aleatoriamente, as pequenas escaramuças e os eventos pontuais com as disposições estratégicas e os movimentos mais amplos de tropas, mais os apontamentos do absurdo da guerra com as notícias internacionais. Chega até a incluir o episódio da iminência de uma suposta chegada a Braga do exército invasor, relatando o pânico que se instalou na cidade, ainda que isso não tivesse passado de um boato lançado por um bando de ladrões, acoitados por trás da Portela à espera de uma oportunidade de pilhagem.

Finda a transcrição das cartas, o LC passará a registar os eventos que denotam o esmorecer do conflito e o seu fim anunciado. Como testemunho do que se passava em Braga, o cronista relata que a notícia dos sucessos militares será dada por um oficial inglês (D. Jorge Chary) de passagem, ainda em dezembro de 1762¹⁸. Contudo, nos princípios do ano de 1763, o manuscrito não deixará de apontar a retirada das forças franco-espanholas e o anúncio da suspensão das hostilidades decretado pelo próprio Conde de Lipe. Notícias dos “preliminares

¹⁷ Alusão a um navio que trouxe a notícia de que esta caíra em 11 de agosto; LC p. [109](99).

¹⁸ LC pp. [141/2](114/5).

de paz entre Inglaterra, França, Portugal e Castela”¹⁹ que, nas palavras do memorialista, causaram “grande alegria e contentamento em todo o povo”.

Apesar disso, e ainda por muito tempo, a cidade de Braga e o seu termo não deixarão de sentir os efeitos dos rastos da guerra, prosseguindo ainda no aboletamento de tropas em trânsito, no recrutamento militar e até a visita de inspeção do próprio *Marechal-General*, Conde de Lippe, a Braga, em 18 de maio de 1764²⁰, por via dos trabalhos que mais o notabilizaram: a reorganização e modernização do exército português.

3.2 O Cerco de Gibraltar (1782)

Trezentas e cinquenta páginas adiante, depois de descrever pormenorizadamente os nove carros alegóricos de uma procissão, o autor introduz as duas restantes ilustrações patentes no LC, onde se apresentam os “Mapas da Praça de Gibraltar e dos barcos artilheiros”. Também elas descritoras de um momento crucial de guerra que, apesar de já não envolver diretamente o reino de Portugal, deve o fundamento das suas motivações ainda aos sucessivos *pactos de Família* das realidades Bourbon, que tinham dado origem à Guerra dos Sete Anos (1756-63). No caso, as imagens referem-se ao grande Cerco de Gibraltar (1779/83)²¹, ocorrido uma década depois, desta vez, sobretudo, incidente no domínio da guerra naval. Um passo do conflito que manteve os mesmos beligerantes do confronto anteriormente comentado, constituindo um lance providencial para os seus desígnios, designadamente pelo simbolismo que teve para a coroa britânica, agora que os ventos lhe sopravam de revés com a guerra da independência dos Estados Unidos da América (EUA). O rei de Espanha, Carlos III (1716-88), que ficou para História como o monarca do *império no qual o sol nunca se põe*, enredado nas tensões da hegemonia global, e uma vez mais com o apoio e a participação da França, ordenou em 1779 novo bloqueio marítimo a Gibraltar. Uma frota conjunta das duas nações convergiu então sobre o “rochedo” com o objetivo de cortar as ligações ao exte-

¹⁹ LC p. [146](117).

²⁰ Na passagem é descrito o retrato físico do Conde de Lipe em pormenor, revelando que o nosso autor o observou de perto, tendo até dado nota de que este comprou duas pistolas a um reputado armeiro de Braga [156/7]122/3 LC.

²¹ LC pp. [460](249) – [465](250).

rior. Em reação, os ingleses enviaram uma armada de auxílio que, todavia, sem ter conseguido dismantelar o bloqueio permanentemente, obrigou a Espanha a reforçar o cerco por tempo indeterminado, com mais homens e meios. Assim, à medida que a guerra se desenrolava entre as potências, particularmente na América do Norte, com grande desgaste para todos, mas sobretudo em desfavor dos britânicos, estes resistiam estoicamente no sul da península Ibérica, mostrando aos aliados a incapacidade para travar os reabastecimentos ao reduto gibraltino, infligindo-lhe continuamente baixas, golpes de mão e sabotagens táticas frequentes. Razão suficiente para ter levado a aliança franco-espanhola a ordenar um “grande assalto”²² final a Gibraltar (1782). Diga-se, confirmado pelo nosso cronista, num tempo em que “se avivaram muito as guerras que entre si traziam os franceses e espanhóis e americanos contra os ingleses”²³.

Do relato do afamado evento, desta vez, o cronista não omitiu a fonte, ao revelar tê-lo “tirado da gazeta”, dando nota que o cerco até originou “apostas que se faziam em Portugal”, expetantes do desfecho da contenda. Por aqui se compreende porque é que Miguel Araújo, o putativo autor do LC, decidiu incluir os “Mapas da Praça de Gibraltar e das barcas artilheiras mandadas fazer por Carlos 3º Rei de Espanha para o ataque da mesma Praça em o ano de 1782”. Uma vez mais, não estando nós propriamente perante um produto cartográfico da situação, que os houve vários, é verdade, ou sequer mesmo de um desenho de fino traço, o autor declarou oferecer aos incautos, ou insondáveis leitores do LC, o voluntarismo generoso de satisfazer a sua curiosidade nos precisos termos em que este “ve[r]ja a forma desta Praça como também das barcas artilheiras [que] aqui as verá nos mapas junto q[ue] lhe ofereço p[ara] se divertirem”²⁴. Veja-se, deliberadamente, uma finalidade útil de passatempo.

A primeira imagem compreende uma panorâmica tirada de um ponto de observação sobrelevado, situado no interior do golfo de Gibraltar, provavelmente cerca Palmones (Algeciras), atrás linhas onde estavam acantonadas as forças sitiadas espano-francesas. Tendo por plano principal o “rochedo” (lado poente), vendo-se na base a cidade

²² Já tinham tentado um outro ataque com grandes meios no ano anterior, mas que foi gorado por uma antecipação dos sitiados, que tendo sabido das intenções, efetuaram de uma surtida (27-IX-1781) surpresa na véspera do ataque previsto que causou pesadas baixas e avultados estragos ao dispositivo militar dos sitiados.

²³ LC p. [460](249).

²⁴ LC p. [464](250).

inglesa fortificada voltada para baía, e permitindo ainda observar, no canto superior direito, a cidade africana de Ceuta. Acrescentando ainda toda uma representação de expressão cartográfica com a delimitação do dito golfo.

O desenho, em si, é também ele de traço expedito, muito provavelmente copiado da profusão de imagens que circulavam na época por toda a Europa, e que mostram o mesmo enquadramento de perspectiva. Veja-se, por exemplo a Figura 5.



Figura 4: *Siege of Gibraltar (1779-1782). Panoramic view of Gibraltar under siege from Spanish fleet and land positions in foreground.*²⁵

²⁵ De autor desconhecido; Editor: Crépy, Paris.
– <http://dl.lib.brown.edu/catalog/catalog.php?verb=render&id=1256603353703125&view=showmods>; acedido em setembro de 2022.



Figura 5: LC pp. [464/7/6] 251/2/3/4/5/6

Igualmente legendados para melhor ilustrar os acontecimentos, e assim permitir um atento acompanhamento das narrativas, ainda que sendo imagens de desfrute, retratam essa batalha que, apesar de não ter ultrapassado dois dias, se revestiu de um grande simbolismo para a História contemporânea ocidental. Para além das inúmeras vidas perdidas, particularmente do lado franco-espanhol, que fizeram do confronto aquela que ainda hoje, por diletância, é considerada a maior batalha da guerra da independência dos EUA, das circunstâncias que proporcionaram o ensaio de armamento moderno e das novas técnicas e táticas militares, este foi praticamente o cerco mais duradouro da história militar moderna. Note-se que o desfecho teve até o mérito de relançar o peso negocial dos britânicos nas circunstâncias desfavoráveis das conversações de paz em que já andavam envolvidos há tempo, sobretudo, depois de reconhecer a perda de Minorca e a independência dos EUA.

O “Grande Ataque” foi iniciado a 13 de setembro de 1782. Envolvendo mais de 65 mil homens (dos quais 5 mil eram defensores), 49 navios de linha e dez baterias flutuantes, protótipo de ensaio de

um novo tipo de artilharia naval específica que foi projetada especialmente para o cerco em questão.

A batalha foi uma das mais relatadas e comentadas da história militar moderna, pelo que, naturalmente, nos escusamos de entrar em detalhes redundantes. Para o caso, o que interessa fundamentalmente salientar com vista à compreensão do confronto e do seu alcance, reporta-se ao facto da cidade fortaleza de Gibraltar ser considerada inexpugnável face ao *estado da arte* da guerra de então, resistindo assim aos ataques terrestres e aos bloqueios navais convencionais de que foi frequentemente alvo. Seria, pois, no contexto deste impasse que iria surgir uma oportunidade ao exercício do engenho e da imaginação, proporcionando a entrada em cena do engenheiro militar francês, Jean Le Michaud d'Arçon (1733-1800) (figura 7), que concebeu e projetou as famosas *baterias flutuantes* (figura 8). Recurso ofensivo de tal modo expectante cuja fama rapidamente se estendeu à escala internacional, aqui confirmada pela inclusão do desenho exclusivo de uma *barca artilheira* no LC (figura 6).

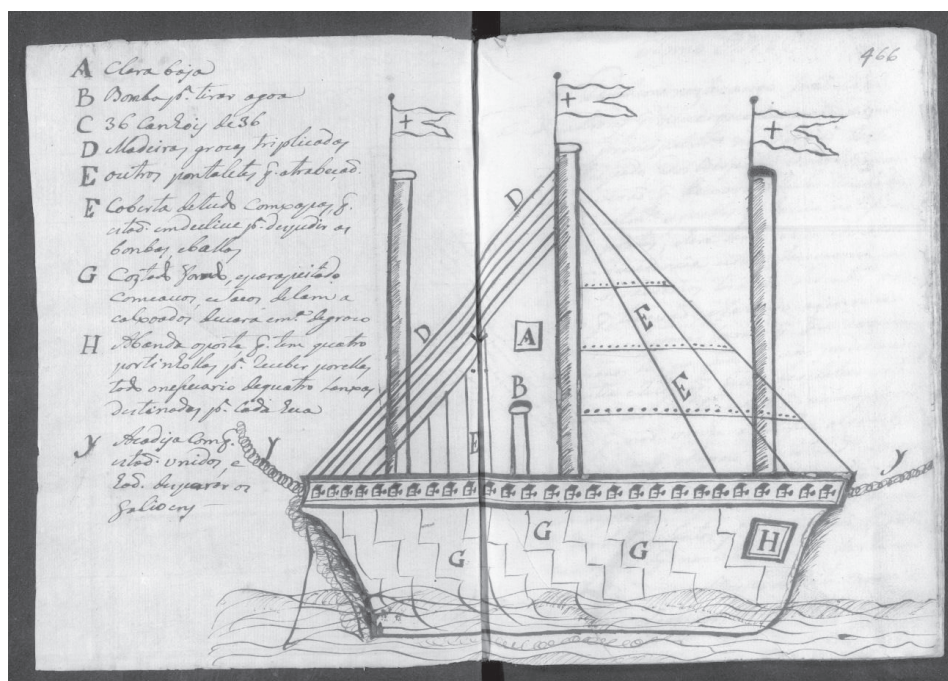


Figura 6: Barca artilheira, in LC

Se é verdade que a debilidade deste desenho é ainda maior face às outras reproduções, retemos o caráter determinante da sua inclusão, independentemente do ponto de vista, como sendo uma peça fundamental para o esclarecimento do desfecho dos acontecimentos.



Figura 7: Jean Le Michaud d'Arçon,
Engenheiro militar francês, autor das *baterias artilheiras*²⁶

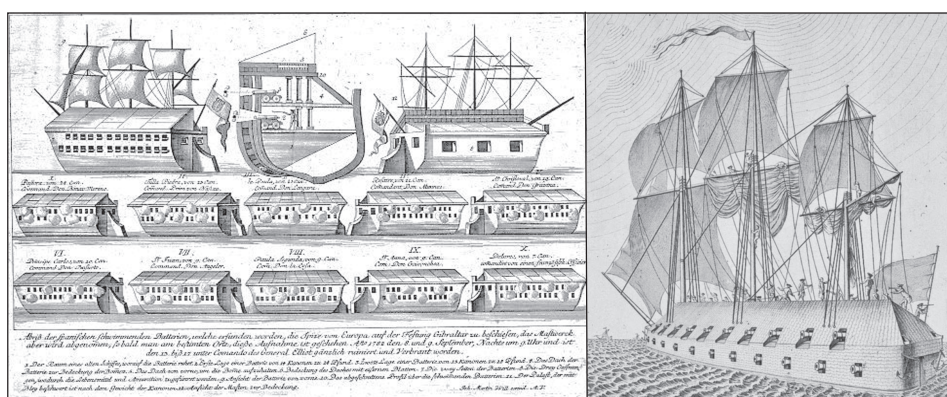


Figura 8: Gravuras Ilustradas, tendo à esquerda a descrição e os detalhes das 10 baterias flutuantes, e à direita um plano da “Pastora”, embarcação bandeira do *esquadrão*²⁷

²⁶ Johann Melchior Wyrsh – Musée de Pontarlier (Fr.).

²⁷ <https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/>; acessado em setembro de 2022.

As *baterias flutuantes* foram concebidas para serem “inquebráveis”, “inafundáveis” e “à prova de fogo”, revelando-se como percursoras das embarcações couraçadas que fazem hoje a marinha de guerra contemporânea. De acordo com o autor, a legenda transmite uma informação não inteiramente coincidente com a que vem veiculada em outras fontes institucionais. Para o LC, estes “galiões” foram destinados a atuar em conjunto, como uma linha contínua de dez baterias de artilharia naval, inicialmente para serem unidas entre si por cabos/ /cadeias. Dizem-nos as demais referências que estas embarcações dispunham de uma face de ataque revestida a “madeiras grossas triplicadas” (com *três pés* de espessura, sendo forradas de areia molhada); e, na “banda oposta q[ue] tem quatro portinholas p[ar] receber por elas todo o necessário de quatro lanchas...”; com uma “Coberta de tudo com chapas qu[e] estão em declive p[ar]a despedir as bombas e balas”; preparadas para travar a perfuração dos costado das embarcações, “forra(n)do e parapeita(n)do com cabos e sacos de lã acolchoados de vara e meia de grosso”; bem ainda, como sistemas de bombeamento para obstar aos incêndios. A juntar a todas estas novidades, aponte-se a poderosa máquina de artilharia capaz de fazer fogo cerrado sobre a praça. Isto é, cada uma das embarcações estava dotada de “*cinco* máquinas com duas fileiras de baterias e uma única fileira de cinco baterias perfazendo um total de 150 armas”. Resta acrescentar que o dispositivo de ataque principal, sendo constituído pelas dez baterias flutuantes, integrava mais de cinco mil e duzentos homens, mobilizando todo um sistema apoiado por outras embarcações, como: vinte “navios-bomba” e uma frota franco-espanhola de cerca de meia-centena de navios de linha, reunindo o espantoso número de 30 mil marinheiros e fuzileiros navais. Finalmente, junto a toda esta massa de guerra flutuante, acompanhava ainda um exército terrestre de mais de três dezenas de milhar de combatentes.

Porém, por mais formidável que fosse o grande assalto, tanto na quantidade da sua força como na qualidade do engenho, passadas poucas horas de este se ter iniciado, revelou-se um tremendo fracasso e gerou uma catástrofe fatal para as forças assediadas. Ainda o dia não tinha acabado e as espantosas baterias flutuantes estavam destruídas pela artilharia inglesa, provocando tremendas explosões cuja tragédia humana suscitou a comiseração dos sitiados, ao ponto de estes saírem das suas posições para ajudar a salvar as vidas humanas que restavam da tragédia. O desaire foi total, tendo o próprio comando

atacante mandado ordenar a destruição antecipada das duas embarcações que sobraram do ataque.

Apesar do cerco ter ainda durado mais algumas semanas, com o furar do bloqueio no mês seguinte, por um comboio naval de socorro britânico, deu-se finalmente o golpe de misericórdia no conflito, que obrigou a assinar a paz. A 7 de fevereiro de 1783 foi levantado o cerco, pondo fim a um assédio contínuo de três anos, sete meses e 12 dias de guerra, consignando aquele que, já referimos, é tido como o mais longo da história moderna.

4. O THEATRO DO MUNDO E A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

As ilustrações insertas no LC permitem-nos considerar a abrangência memorial dos escritos privados, mas também o desenho do que pode ser considerado a estrutura de um plano informativo. As imagens do LC são caracterizadoras de uma época, das mentalidades emergentes veiculadas pelos tópicos de referência selecionados e da importância que é dada aos assuntos que merecem as raras honras da ilustração. Disso é exemplo particular o tema do cerco de Gibraltar, diríamos, enquanto modelo desta nova dimensão comunicacional. Referimo-nos concretamente ao espetáculo assumido com o levantamento de tribunas, na circunstância, montadas propositadamente para que uma assistência de ilustres espectadores pudesse assistir à grande função. No início haveria que assentar as famílias nobres da região, bem como toda a distinta fidalguia espano-francesa, que incluiu nobres e até *príncipes e irmãos dos reis de França e de Espanha*, para que estes pudessem desfrutar do grandioso “espetáculo barroco” da guerra. Mas, tal não bastasse, não passou menos despercebida aos cronistas da época a vasta plateia constituída por um outro “exército” de 80 mil espectadores, que se distribuiu por toda a amplitude do golfo de Gibraltar, esgotando a lotação das colinas adjacentes. Oferecia-se ao público curioso e expetante que assistia ao desenrolar do “grande assalto”, o clímax dramático de um verdadeiro *theatro do mundo*. Uma batalha real convertida num espetáculo hiperbólico, comparável, no conteúdo, às festividades circenses da antiguidade latina, mas também, e porque não, *mutatis mutandis*, hoje reconhecível nos eventos de massa contemporâneos.

Daí a infausta fama e a vasta difusão que o cerco desencadeou através das *gazetas* da época, inspirando a publicação de inúmeros relatos e crônicas por toda a Europa. Como as publicadas justificações militares do engenheiro que projetou as *baterias flutuantes*, que até foram elogiadas pelo inimigo, passando pelos escritos históricos de um capitão inglês²⁸, de grande alcance, que participou nas ações militares, até à pintura ou à música, com W. A. Mozart a compor uma peça que lhe foi dedicada²⁹. Ou ainda às primícias do *cartoonismo* humorístico (figura 9) ou mesmo como fonte de inspiração da literatura fantástica de aventuras³⁰.



Figura 9: Caricatura britânica do cerco: *O Duque de Crillon* (francês) dando ordens para o cerco de Gibraltar³¹

²⁸ Bethune, John Drinkwater (1785), *A history of the siege of Gibraltar, 1779-1783*.

²⁹ *Bardengesang auf Gibraltar: O Calpe! Dir donnert's am Fuße* (1782).

³⁰ Com a célebre personagem fictícia, o aventureiro Barão Münchhausen, criado por Rudolf Eric Raspe, na IV edição (178?) das suas aventuras, a participar no cerco.

³¹ *L. Colley (publisher) 1782 – The Duke de Crillon Giving Orders for the Siege of Gibraltar caricature*.

– http://dl.lib.brown.edu/catalog/getimage.php?image_id=116188429930846.jp2.

Enquanto nascia na Europa a imprensa periódica, em finais do século XVII, em Portugal vivíamos ainda a contradição entre a afirmação das disposições do estado moderno e a privacidade da vida doméstica. Sendo, pois, neste ambiente, que se pode compreender melhor o incremento da produção de memórias, tanto públicas como privadas. Foram-se assim reunindo as condições necessárias à divulgação da imprensa escrita e ao consequente surgimento de uma opinião pública sobre os acontecimentos. E, porém, será preciso esperar pela segunda metade do século XVIII, precisamente no período em que o LC foi escrito, para se entender, de acordo com A. D. Rodrigues (1985), a categorização de uma denominada *opinião pública e a sua institucionalização como um campo autónomo de legitimidade*. Recorde-se que por essa altura se multiplicam os clubes privados de convívio e discussão e, mais tarde, os cafés, que fomentam a formação de correntes de opinião e que acompanham uma população urbana crescentemente alfabetizada, cada vez mais receptiva e sensível à disseminação da imprensa periódica. Isto tudo, ao mesmo tempo que se irá afirmar a tendência burguesa para se desenvolver o gosto intimista pela vida privada e, por decorrência, as condições propícias à proliferação dos escritos pessoais. Mais uma vez um tempo de grandes transformações culturais e sociais, que estimulará, e há-de legitimar a afirmação do indivíduo pela expressividade dos seus sentimentos, que farão transitar a pulsão das memórias da esfera doméstica para o espaço público. A opinião pública apresenta-se então enquanto um dever de cidadania e de empenho na vida pública. Arvorando-se assim como uma *instância do saber, dos factos, da honestidade, da razão a reivindicação da transparência dos actos do poder perante o julgamento da opinião pública instituída como tribunal de recurso* (Rodrigues, A. D. 1985).

No presente quadro vem a ser muito significativo que as memórias do LC se iniciem pelo acontecimento fantástico do terramoto de 1755, precisamente, pelo alcance planetário desse evento a partir de Lisboa, da capital do reino absolutista, suscitando ainda, ao nível do senso-comum, o duplo significado, de ira divina e de evento desconhecido que, por enquanto, escapava à razão dos mortais e ao conhecimento científico debutante. O providencialismo do sobrevivente que conta as suas memórias, reservando-se da discrição própria de um período de implacável censura, aliás, como os próprios *folios* memoriais nos dão conta, da perseguição intolerável aos opositores do regime (a tentativa de regicídio, a perseguição dos Jesuítas, as intimações regalistas do

marquês de Pombal ao Arcebispo de Braga, etc.). Ao mesmo tempo que se traduz por uma mentalidade enciclopedista, como diria Diderot, desenrolando o “grande rolo” dos acontecimentos, na descrição exaustiva e metódica dos factos, independentemente da sua natureza, com a sua razão intrínseca e sensibilidade de exposição.

O *ordine et ornato* atribuído à visão analógica do mundo, ao tentar encontrar a suprema harmonia na busca de uma sistematização ainda inconsciente, *na habilidade de descobrir semelhanças, como elementos comuns nas coisas que, enquanto tais, alcançam a universalidade*³². Um tempo em que a distinção entre a ciência e as artes oscilava ao longo de intensos debates filosófico-gnosiológicos sem termo. Enfim, a vontade de partilhar os saberes e as interrogações que sempre sobressaem de distintas sensibilidades e conhecimentos complementares, desde logo, face ao objeto cartográfico específico que nos convoca. Só assim poderia ser e faz sentido o nosso esforço comum.

³² Vico, G. B. [1990], *apud* Franzini, Elio, 1999, pp. 32.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Bandeira, Miguel S. Melo (2000). O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII, Afrontamento, Porto.
- Bandeira, M., Macedo, A. & Fernandes, M. G. (2022), “Expressões (carto)gráficas setecentistas do teatro da guerra a partir do ‘Livro Curioso’”, Anais do: caderno de resumos/ coordenadores Antônio Gilberto Costa, Jorge Pimentel Cintra. Belo Horizonte: IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (S. Paulo) – UFMG/ IGC, pp. 293-299, ISBN: 978-65-89335-04-7.
- Macedo, A. M.C. (2019). Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso. Universidade do Minho, Braga. <http://hdl.handle.net/1822/60646>.
- Barrento, António (2006). Guerra Fantástica 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos; Lisboa: Tribuna da História. Nova História Militar de Portugal.
- Brito, António Pedro da C. Mesquita (2011). *Publicações Alemãs Sobre o Conde de Lippe – Uma Orientação Bibliográfica*; Revista Militar N.º 2508 – Janeiro 2011, pp. 83-150.
- Habermas, Jürgen (1978). *L'espace publique: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.
- Franzini, E. A Estética do Século XVIII (1999). Ed. Estampa, 1ª ed. [1995].
- Moreira, Luís M. (2012). *Mapas para uma Guerra Fantástica: Propaganda, Diplomacia e Ação Militar na Província de Entre Douro e Minho*; XXI Colóquio de História Militar.
- Rodrigues, Adriano Duarte (1985) – *Espaço Público* – 2. Revista de Comunicação e Linguagens – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Siege_of_Gibraltar; acedido em setembro de 2022

<https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/>; acedido em setembro de 2022

Fontes:

- Peixoto, Inácio José. *Memórias particulares de José Inácio Peixoto – Braga e Portugal na Europa do Século XVIII*; Estudo introdutório de Luís A. Oliveira Ramos; Leitura e fixação do texto de José Viriato Capela (coord.); Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho; Braga, 1992.
- Livro Curioso* (2012). Ana Macedo (Estudo Introdutório) e Rui Faria (Transcrição); Arq. Dist. de Braga/UMinho & Câmara Municipal de Braga, col. estudos e manuscritos, Braga, 2020.